

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

009ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

(Texto com revisão final.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES: (19h15min) Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. (Lê.): “Edital. Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a assistência social e a proteção social em Porto Alegre. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 26 de setembro de 2019, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Sirva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 11 de setembro de 2019. Vereadora Mônica Leal, Presidente”.

Convidamos a compor a Mesa: Sra. Leila Thomassim, representante da Frente Gaúcha em Defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Sr. Agnaldo Knevez, representante do Conselho Regional de Serviço Social – Cress/RS; Sra. Jucemara Beltrame, representante da Fontas e FETSUAS; Sra. Heloisa Viñolo, representante do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Sr. Cícero Gomes, representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua; Sra. Veridiana Machado, representante do Simpa; Sr. Tiago Martineli, representante da UFRGS.

Com a palavra o Sr. Presidente desta audiência pública, Ver. Aldacir Oliboni.

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): Faço questão de registrar: eu, como vereador, sou presidente da Frente Parlamentar em Defesa da FASC e das políticas ora adotadas e, por isso, já fizemos aqui algumas reuniões importantes e debatemos sobre o tema. Hoje, a audiência pública está aberta, obviamente, não só para os trabalhadores, como também para os usuários e todos os cidadãos e cidadãs que queiram participar. Quero registrar que, embora o governo municipal tenha sido convidado – a não ser que tenha chegado agora – , ainda não se faz presente representando a FASC. É de costume a Câmara mandar o convite ao prefeito municipal, o qual designa a secretaria correspondente. Pergunto ao plenário: há alguém representando aqui o governo municipal? Não havendo, faço questão

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

de que fique uma cadeira sem ser ocupada para sinalizar a ausência do governo, que, infelizmente, não compareceu.

Então, a audiência pública ocorrerá da seguinte forma: termos 10 minutos para as manifestações das representações que estão compondo a Mesa e, desde já, estão abertas as inscrições aqui na lateral, na Diretoria Legislativa, para 10 inscrições de 5 minutos. Toda vez que a pessoa for falar, ela se identifica, porque está sendo gravado, registrado e, depois, facilita para a ata da audiência pública. Então, nesse sentido, conforme já composta a Mesa, nós vamos chamar a nossa primeira oradora.

A Sra. Leila Thomassim, representante da Frente Gaúcha em Defesa do SUAS, está com a palavra por 10 minutos.

SRA. LEILA THOMASSIM: Boa noite a todas e todos. Saúdo a todos da Mesa, o Ver. Oliboni, representando a Presidente da Câmara. Quero dizer que a gente agradece a liberação deste espaço solicitado pela Frente para fazer essa audiência pública. É importante dizer que a Frente Gaúcha funciona desde 2016, quando, de fato, a gente começou a ver, numa conjuntura nacional, um processo de ameaça ao Sistema Único de Assistência Social. Nessa caravana, nesse processo de defesa do SUAS, a gente vem monitorando, acompanhando como está a implantação do SUAS nos municípios. Tivemos, enquanto Frente Gaúcha, em 2017, uma grande mobilização, fizemos um dossiê muito pormenorizado com relação aos problemas e às dificuldades – e a gente já estava sinalizando – com relação à implementação do Sistema Único de Assistência Social na FASC.

Nesse dossiê, a gente visualizou, primeiro, uma nova direção com relação à primazia da FASC e do gestor da política na condução da política de assistência social. Então, eu acho que esse é um eixo que a gente quer destacar. A gente vem lutando, toda cidade de Porto Alegre vem construindo essa política que passa, inclusive, com a primazia do Estado na condução da política, com a implantação dos Centros de Referência e Assistência Social – CRAS, com a implantação dos CREAS, com serviços importantes de acolhimento institucional.

O que a gente tem visto desde 2016, principalmente na atual gestão do governo Marchezan, é um retrocesso em relação àquilo que cidade vem construindo coletivamente. O primeiro

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

aspecto que a gente quer destacar, que os companheiros aqui representados que compõem a Frente Gaúcha também vão trazer, é a precarização que vem ocorrendo em relação aos recursos humanos do gestor da política de assistência social.

Acho que todos aqui presentes viveram um processo de reordenamento da FASC, de implantação de toda a política, de reordenamento da estrutura da FASC para, de fato, implementar o SUAS, que tem, como serviço chave, os CRAS e CREAS, que têm que ser serviços estatais. E a gente construiu, numa grande caminhada, numa grande mobilização nesta Casa, um projeto de lei que previa em torno de 1.100 cargos, que gradativamente teriam que ser reconstituídos com um cronograma aprovado nesta Casa, de gradativamente substituir as parcerizações por concurso público, inclusive um PDV. Poderia, a partir do PDV, usar recursos para implantação de RH, e isso acabou não se efetivando. A gente quer chamar atenção, primeiro, para isso, que há uma lei construída nesta Casa, numa grande negociação com a sociedade e que toda agenda de implantação e de chamamento dos concursados públicos não ocorreram. Hoje a FASC se mantém com um quadro com o mesmo patamar que era de 2015, que é em torno de 330 trabalhadores, e toda a expansão, todo o reordenamento e de toda agenda de ampliação de RH não se constituiu. Hoje nós temos os CRAS e CREAS, que são equipamentos estatais, com praticamente um ou dois trabalhadores no quadro, com vários trabalhadores conveniados. Então, eu acho que o primeiro aspecto é essa drástica redução de trabalhadores que nós estamos presenciando hoje como um elemento de debate, que os colegas vão aprofundar. Um outro elemento que a gente quer trazer é o desrespeito ao papel do Controle Social, que também os colegas que estão representando o Conselho vão destacar. Hoje a FASC, principalmente neste governo, tem primado por não valorizar o controle social – esse é um aspecto que trazemos no dossiê, o qual está sendo atualizado. Várias ações estão sendo encaminhadas: parcerizações, programas, sem passar pelo Controle Social, e a lei é muito clara sobre isso. Então a gente reconhece que é uma ilegalidade, um desrespeito à lei do gestor, da política – pena que não esteja aqui a FASC – com relação a não respeitar o papel do Controle Social do Conselho Municipal de Assistência Social na execução das ações, no planejamento, e especialmente na nova orientação das parcerizações.

Um outro elemento que a gente traz no dossiê é com relação à precarização das estruturas operacionais da FASC. Então, ainda vivemos um processo igual ao que vínhamos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

colocando já no dossiê de 2017. Com a precarização dos espaços, a gente está vendo que há quatro anos vem sendo reprogramado o recurso para melhoria dos CRASs e até agora isso não se efetivou. Tivemos uma luta política para a reforma e melhoria do abrigo Bom Jesus que também não aconteceu. E várias ações de precarização que o pessoal vai estar destacando melhor, que é um dos elementos que a gente está trazendo.

É importante destacar que a FASC, hoje, tem seis CRASs alugados. O aluguel do CRAS Leste custa em torno de R\$ 14 mil mensais. Nós temos um CRAS interditado, desde 2015, que não foi ainda reformado até agora, com uma destinação de recurso público de quase R\$ 14 mil reais, o que é um absurdo, uma exorbitância, tendo serviço público e tendo tantos outros prédios públicos aí colocados. Então eu acho que isso é uma demanda que a gente está trazendo no dossiê para a agilização desse processo.

Um outro elemento que a gente está trazendo é a interrupção e suspensão dos benefícios. A FASC, enquanto política de proteção social, opera com benefícios que são fundamentais para a população em situação de rua e para a população, de modo geral, que são os TRIs, que são os vales assistenciais, que é o benefício eventual de renda, que é a cesta básica. Hoje, com todo esse processo de desemprego, de pobreza, de miserabilidade que está chegando nos serviços, nós temos uma incerteza cotidiana de quando vão vir esses benefícios, quando vão vir os vales-transportes. É irrisória a questão da cesta básica. Estamos, de novo, voltando a um processo de ter que usar – e muito – a rede de doações para poder está encaminhando às pessoas. Isso fere o papel e o dever do Estado, da FASC e da Prefeitura de ter política pública, de atender as pessoas, neste momento de necessidades, de dar provisão básica da sua subsistência.

Então, essa interrupção, essa incerteza de acesso aos benefícios é muito séria, porque isso dificulta o trabalho, inclusive, continuado. Acho que é importante destacar – o pessoal do movimento vai trazer isso – esse novo momento de parceirização dos serviços próprios da FASC, que o albergue municipal e os centros Pops foram parceirizados sem passar, de fato, pelo Controle Social. Sobre o Albergue, chama a atenção a retirada do albergue municipal de um local específico, com todo suporte e rede local, deslocando o serviço para longe, no Nordeste, e a população terá que ter vale-transporte para ir. É completamente fora do circuito e da estratégia de sobrevivência deles. Então, esse são elementos que a gente quer trazer.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

Quero entrar nessa questão da precarização da oferta de serviços. Tudo o que a gente está discutindo sobre a precarização, sobre o não acesso aos benefícios, as dificuldades do acesso, a precarização do trabalho repercute numa oferta precarizada dos serviços. A gente tem dito que o SUAS veio para dizer que o serviço social tem que ser permanente, continuado e qualificado e que atenda às necessidades efetivas que se apresentam à população. É inconcebível que a gente esteja, hoje, atuando num trabalho extremamente precário e que não condiz com a história, com o legado que cidade vem construindo de proteção social da cidade. Então, a gente quer destacar, principalmente, nessa precarização, também, a precarização da rede socioassistencial. Muitas vezes, os trabalhadores da rede socioassistencial privada – não são todas, a gente sabe –, quando há modificação do convênio, quando muda a entidade, têm os seus salários rebaixados. Há problema, sim, de precarização no atendimento, há precarização das condições de muitos trabalhadores. E aí a gente vai entrar no outro item que é o que tem sido frequente e permanente nesse todo, nessa jornada, principalmente desta última gestão, que é com relação à perseguição e ao assédio moral, que tem sido a prática permanente desta gestão, que assedia os trabalhadores, perseguindo-os, muitas vezes, criando processos administrativos, e muitas vezes pela defesa que o trabalhador faz da política – acho que é importante relatar isso. Há o ataque ao trabalhador, mas é também a toda concepção e a toda direção da primazia da política, enquanto política protetiva, que afiança direitos sociais, que garante direitos e articulação da rede para os outros direitos sociais.

O pessoal vai estar desenvolvendo melhor esses eixos; acho que acabou meu tempo e eu agradeço então a atenção aqui desta Casa. (Palmas.)

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Leila. Como a gente não tem a representação do governo, se os senhores e as senhoras estiverem de acordo, depois, no final, a gente pode aprovar o envio deste documento, dessa ata para o governo, uma vez que ele não se faz presente. Então é importante que, além de colocar a questão da conjuntura, das dificuldades que estão passando, se coloquem as alternativas ou propostas que poderão ser encaminhadas, porque, senão, fica uma coisa que depois a gente não consegue cobrar do governo, o que que ele vai, enfim, acatar ou não da audiência pública. Quero registrar a presença da Maria do Carmo, que está representando a Sofia Cavedon,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

deputada estadual; do Farina, que está representando o Ver. Comassetto; e da Adriane, da assessoria do Robaina; sejam todos bem-vindos.

O Sr. Agnaldo Knevez, do Conselho Regional de Serviço Social, está com a palavra.

SR. AGNALDO KNEVITZ: Obrigado. Boa noite a todas e todos. Hoje estou presidente do Conselho Regional de Serviço Social aqui do Rio Grande do Sul. Neste momento, vereador, nós queremos rememorar um pouco desse processo que a Leila brevemente contextualizou. Em 14 de julho de 2014, a gente ocupava a tribuna desta Casa para pedir prioridade na votação do projeto de lei que instituiria o SUAS em Porto Alegre. Esse movimento resultou, em 8 de outubro – portanto, há quase cinco anos –, na aprovação da Lei nº 11.701. Nós precisamos pensar e rememorar um pouco desse processo, porque, naquele momento em que a gente trazia para esta Casa e denunciava as articulações entre o Poder Executivo, ficou muito evidente que isso não estava amarrado, consensuado e previsto orçamentariamente para a aprovação dessa lei; todavia, ela era fruto de discurso, fruto de uso político dessa bandeira que não tinha condições reais para a sua implementação. Quando a gente fez esse movimento aqui de tensionamento, aconteceu um movimento interessante na base do governo; aconteceram, então, algumas negociações para que esse projeto de lei pudesse passar aqui na Câmara, ser apresentado e ter aprovação. Naquele momento em que a gente considerou, lá em 2014, que tivemos um ganho significativo por ter uma lei que instituiria o SUAS em Porto Alegre, porque essa lei criou cargos... E, aí, nós precisamos reconhecer que, no SUAS, a maior tecnologia – embora nós não gostemos muito desse termo – são, sim, os seus trabalhadores e as suas trabalhadoras. Não se faz política de assistência social sem trabalhadores e trabalhadoras, não se faz política de assistência social sem equipes efetivas. Aí, naquele momento, o governo dizia para nós: “Não tem condições de aprovar”. O Executivo ficou brincando, apresentava o projeto e retirava o projeto, dizendo: “Não temos condições de implementar essa lei porque nós não temos orçamento para dar efetividade para ela imediatamente”. Depois de uma larga negociação, se chegou a uma propositura aqui nesta Casa de que a lei seria aprovada, de que pensariam um recurso para sua implementação, e uma das fontes do recurso seria o PDV. O PDV aconteceu, e esse recurso do PDV não ficou gravado para a assistência social. Esse recurso do PDV ficou gravado no orçamento comum do

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

governo. Então, isso mostra nitidamente a falta de compromisso; isso não foi um mero descuido. Com certeza, trata-se de uma opção desse governo.

Então, naquele momento, foram previstos recursos a partir de alguns mecanismos e foi previsto um escalonamento desse chamado, um escalonamento da nomeação. Teve um concurso público, temos concursados aprovados e, até agora, a gente não tem a nomeação para a composição das equipes mínimas. Em que resulta tudo isso? O resultado que a gente está vendo hoje é a falta de trabalhadores efetivos e, quando a gente fala que faltam trabalhadores efetivos, a gente tem que entender do que nós estamos falando. Nós estamos falando de uma interferência direta nos vínculos que esses trabalhadores têm com os usuários daquele serviço. Nós estamos falando do vínculo que esses trabalhadores têm com o território onde eles trabalham. Conhecer a rede, articular uma rede intersetorial, é disso que nós estamos falando. O resultado disso hoje é uma transferência da responsabilidade do governo, uma responsabilidade estatal, a responsabilidade pelo comando único dessa política, para a sociedade civil. E quando a gente faz essa fala, de forma alguma, é não reconhecer o trabalho complementar que a rede socioassistencial pode e deve ter. Inclusive, temos entidades respeitadíssimas com um trabalho muito sério, mas não é disso que nós estamos falando. O comando único é responsabilidade e é previsão legal para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social, e é nesse sentido, é nessa perspectiva que a gente defende a composição dos trabalhadores efetivos.

O outro resultado que a gente tem visto e está muito nítido é a sobrecarga de trabalho, porque hoje os trabalhadores trabalham com uma sobrecarga pela falta de equipes efetivas e, mais do que isso, eles trabalham no limite, com total falta de condições éticas e técnicas para exercerem o seu trabalho. Eles são culpabilizados pela precarização do serviço. Essa é a realidade que hoje nós encontramos. Essa é a realidade que está presente no relatório de fiscalização que o Cress fez em alguns equipamentos, por amostragem, aqui em Porto Alegre. Então, nós temos hoje que destacar, quando a gente vem aqui para esta Casa, quando a gente vem aqui propor esta audiência pública, enquanto frente, enquanto entidades, enquanto movimentos, o que é que nós queremos deixar de recado. Que pena que não temos mais parlamentares, mas a gente quer trazer também a responsabilidade que o Legislativo tem com esta pauta. Nós implementamos, nós aprovamos uma lei há cinco anos atrás e nós entendemos que esta Casa tem também uma responsabilidade com

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

o monitoramento, com a fiscalização, para que essa lei tenha implementação, para que ela tenha efetivação. Nós queremos destacar e repudiar a postura deste governo, a postura do Marchezan, a postura da secretária Nádia, e dizer que este governo está de costas para a política de assistência social. Mas nós não iremos aceitar qualquer tipo de retrocesso, nós seguiremos juntos, seguiremos lutando e defendendo a efetivação do SUAS em Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Agnaldo. Nós vamos ouvir agora, representando o Fórum Estadual e Municipal dos Trabalhadores do SUAS, a Jucemara Beltrame.

SRA. JUCEMARA BELTRAME: Falar depois do Agnaldo é uma responsabilidade e uma dificuldade, mas, enfim, boa noite a todos e todas. Não nos estranha, para quem é funcionário da FASC e é municipal, essa ausência do governo aqui. Ele tem se feito ausente em todos os espaços. A FASC tem uma gestão que não recebe os seus trabalhadores há muito tempo, não há diálogo com este governo. Então não há estranhamento na ausência deles aqui. A sina da FASC com esta gestão já estava selada mesmo antes de o Marchezan ir para o Paço. Se vocês estão lembrados, ele mandou um projeto para esta Casa, ainda no governo Fortunati, solicitando que a FASC fosse para o guarda-chuva da Secretaria de Desenvolvimento Social, reduzindo o papel da FASC, o importante papel da FASC, e fez isso em nome da economia, em nome de que a FASC não dá lucro. Isso demonstra um desconhecimento absoluto no fazer da FASC, no que é o seu papel, que é o papel mais importante de todas as Secretarias que tem neste Município, que é cuidar da vida dos mais vulneráveis, da vida de quem mais precisa. Em relação a isso nós tivemos êxito. Junto com os vereadores, os trabalhadores da FASC e a comunidade, conseguimos garantir que a FASC continuasse com sua autonomia financeira e administrativa; conseguimos barrar, naquele momento, esse pacote de maldades do Marchezan contra a FASC. Infelizmente, parece que ele não tem limites, quando é contrariado. Então, ele tratou de desidratar a FASC, e tem feito isso para poder impor o seu projeto, que, nesta Casa, foi refutado. Ele faz isso, desidratando a FASC, quando precariza os serviços, não repondo o quadro de trabalhadores efetivados através do concurso

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

público; não qualifica os espaços físicos, e, também, os benefícios são insuficientes para o atendimento da população, que a cada dia piora frente à realidade social, como já foi referido pelo Agnaldo.

Ele retirou da FASC os recursos financeiros do PDV, que foi referido pela Leila, que é o Programa de Demissão Voluntária dos celetistas que tinham na FASC, e houve, então, naquele momento da lei do reordenamento, um acordo que esse recurso, em torno de R\$ 500 mil, ficaria na FASC para a contratação desses novos servidores concursados. Ele retira esse recurso e o leva para outro setor da Prefeitura, e deixa, portanto, a FASC mais precarizada. O prefeito retém os recursos do Fundo Nacional da Assistência Social - vejam que esse recurso vem do governo federal e é específico para a política da assistência social. Ele pode ser usado em outras secretarias, e ainda assim, ele leva esse recurso para o caixa centralizado, e inviabiliza o uso de uma forma mais ágil para FASC, e os serviços, com isso, ficam precarizados, e as pessoas que deles necessitam ficam aí agonizando. Tem-se uma informação que esse recurso, nessa conta do Fundo Nacional, tem mais de R\$ 7 milhões. O sucateamento imposto pelo prefeito à FASC reflete em seus equipamentos. Talvez o mais simbólico, hoje, seja o próprio prédio da FASC, que tem suas entradas interditadas. O acesso à FASC, hoje, se dá pelos fundos, no estacionamento, que é cheio de britas. Portanto, não há acessibilidade para qualquer pessoa, e mesmo assim não estamos livres de sermos atingidos por um pedaço de reboco, que pode cair da escada, que fica no fundo desse estacionamento.

Esse quadro se agrava com as privatizações, ou terceirizações, ou parcerizações para execução dos serviços essenciais da política da assistência social. Não se trata aqui de ser contra a parceria. A assistência social de Porto Alegre sempre foi feita de forma complementar pelas organizações da sociedade civil, o problema agora é que o governo abre mão de sua responsabilidade ao transferir serviços que são de responsabilidades intrínsecas do Estado, como já referido pela Leila e o Agnaldo, como, por exemplo, os serviços prestados pela alta complexidade, que exige um atendimento especializado; um trabalho que exige uma equipe de acompanhamento a médio e longo prazo, e é um trabalho que exige conhecimento, acúmulo, formação, não é um trabalho que possa ser feito por uma pessoa que chega agora para trabalhar com esse público. Quando o Júnior opta em terceirizar os abrigos ou parcializar os abrigos, ele está transferindo a sua responsabilidade

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

enquanto poder público para a sociedade civil, ele abre mão da gestão e, por vezes, agrava a condição do usuário desse serviço, pois é sabida da precariedade das relações trabalhistas e da alta rotatividade de trabalhadores nesses espaços. Isso é visível para quem acompanha atualmente os acolhimentos da criança e do adolescente, hoje totalmente 100% parcializado.

Acho que era importante esta Casa fazer uma solicitação para ver entre essa organização que hoje está respondendo 100% por esse trabalho, o número, o rodízio de trabalhadores durante esse período da paralisação, de quantas pessoas já passaram por lá para atender a essas crianças. Há que se saber que essas crianças e adolescentes são criaturinhas que já tiveram seus vínculos afetivos rompidos, então é fundamental que haja essa continuidade desse trabalhador, que se crie vínculos com esses atendidos. (Palmas.) Com esse rodízio constante, isso não é possível ser feito e isso traz prejuízos, talvez, sem recuperação para essas crianças e adolescentes.

Enquanto escolhe terceirizar, ele joga no ralo todo investimento feito na formação dos trabalhadores e desrespeita o legado da construção técnica do conjunto dos trabalhadores dessa política. As consequências disso repercutem na vida das pessoas atendidas, porque são pessoas que já estão, na maioria das vezes, com seus vínculos rompidos. Há necessidade de um trabalho hercúleo para reconstituir seus laços, e, para tal, é necessário, no mínimo, perenidade no vínculo e reconhecimento do território. O ataque dos trabalhadores é franco e despudorado. O assédio moral nosso de cada dia não é figura de retórica, é prática rotineira na FASC. Sofro eu quando, há mais de um ano e meio, estou sem fazer nenhum trabalho; sofre a Nayara quando é transferida de uma coordenação que estava há mais de nove anos, sem direito sequer a passar seu trabalho para colega que vai substituí-la, não deu nem o direito para que ela se despeça da equipe em que estava há mais de nove anos à frente do trabalho; sofre a Fernanda, quando é transferida da FASC para uma outra secretaria por pura perseguição política e assédio; sofre a Aline, que sai também de um fazer para outro espaço; e sofrem outras tantas anônimas que estão aqui hoje, mas como eu não tive autorização de citar o nome, não direi. É um assédio que repercute não só em nós que somos assediadas e perseguidas, repercute em todos os trabalhadores, porque isso gera medo e gera insegurança; isso prejudica o trabalho, porque isso traz adoecimento a todo o conjunto de trabalhadores.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

É importante também verificar junto à FASC o número de pedidos de licença de saúde, que talvez seja mascarado, porque algumas pessoas como eu optam em tirar licença-prêmio ao invés de licença-saúde. Então esse é um dado interessante para demonstrar o quanto essa gestão está fazendo de dano aos trabalhadores e aos serviços da FASC. Infelizmente, o privilégio do assédio não é só dos trabalhadores da FASC, estende-se também para as parceirizadas que a FASC tem. Podemos citar o caso da Roberta, que foi demitida por questões puramente ideológicas, não pelo problema técnico dela; e aí vem a mão da ONG que faz a parceria com a FASC, do Pobres Servos, e demite a Roberta sem nenhuma questão de apontamento técnico, por pura perseguição ideológica. São práticas que não podemos concordar, que precisamos gritar, e cito nomes para trazer a cara desse assédio, porque, senão, fica na questão subjetiva. É importante saber que os assédios e as perseguições têm nome e têm cara.

Esse quadro da FASC, do desmonte que a gestão optou por esvaziar a EPAT... A EPAT é um departamento da FASC que cuidava dos trabalhadores. Então há um quadro de adoecimento dos trabalhadores e hoje a FASC está sem esse acompanhamento dos trabalhadores, porque houve a retirada dos trabalhadores que faziam parte desse departamento e até agora a FASC não reorganizou esse setor. Estamos, então, sem atendimento ao acompanhamento dos trabalhadores.

Para não perder a oportunidade, gostaria ainda de dizer que há notícias pela FASC, e desde já solicito que seja feito encaminhamentos desta Casa para que esclareça e que FASC se pronuncie, de um projeto onde as FGs, que não foram utilizadas, que foram retiradas dos trabalhadores, serão transformadas em verba de representação para o aumento do salário dos CCs. Como isso é só uma notícia por hora, a gente gostaria que esta Casa, como não há diálogo da gestão com os trabalhadores, encaminhasse uma solicitação para ver até que ponto isso é verdadeiro.

Também há notícia de uma criação de um grupo trabalho de um novo reordenamento para FASC, onde não se tem notícia quem são as pessoas que estão participando e que tipo de construção está sendo feita. Importante ressaltar que, nos anos de 2012 e 2013, quando foi feito esse reordenamento – do que a Leila tratou e que o Agnaldo também trouxe –, houve toda uma construção com cada setor da FASC e, inclusive, com a presença do Simpa nessa construção. Neste momento, nenhum trabalhador sabe o que está acontecendo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

Os equipamentos da FASC estão em péssimas condições e não há investimento e, no entanto, a FASC retira os recursos das reformas e transfere os recursos para a sociedade civil, para as ONGs. Tivemos um caso, há 15 dias, de um recurso que estava para reforma do Abrigo Municipal Bom Jesus e que foi retirado pela gestão e vai, então, para a ONG. Também há uma diferença, no que envolve as ONGs, dos salários dos trabalhadores, ONGs que desenvolvem o mesmo tipo de trabalho com salários diferentes. Eu acho que isso é uma coisa bastante séria e que deve ser também tratada por esta Câmara, porque, se há uma parceria, se há um recurso que é dado para determinados trabalhos e que é o mesmo trabalho, tem que ter o pagamento, no mínimo, igual, não pode haver essa diferença salarial entre as entidades.

Ainda houve a transferência do serviço central de abordagem de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua para secretaria de monitoramento. Isso é um acinte, é transformar essa situação que já é um problema para uma secretaria de vigilância, é transformar isso em caso de polícia, de segurança, é uma barbaridade que nós não podemos também admitir.

Estamos aqui, novamente, pedindo apoio desta Casa para barrar o retrocesso, para ver a assistência social sendo feita com caridade, com voluntariado e religiosidade, não podemos aceitar esse retrocesso. Nesse sentido, solicito a esta Casa que requeira, junto à FASC, o estudo que foi realizado para essa parcerização avançada, tanto do ponto de vista financeiro, quanto na qualidade do trabalho, que medida se tem, qual é o estudo que se tem para essa parcerização desenfreada que está. Queremos garantir, com ajuda desta Casa, a continuidade da assistência social como um direito, com serviços públicos estatais, laico e universal. (Palmas.)

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): A Jucemara fez uma série de encaminhamentos. Depois vamos registrar isso para no final pontuarmos novamente. Quero também fazer um registro aqui da presença do Renato Guimarães, que estava há pouco aqui, que foi também presidente da FASC. Seja bem-vindo, Renato.

Vamos ouvir agora, representando aqui o Conselho Municipal de Assistência Social, a Sra. Heloísa Viñolo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

SRA. HELOÍSA HELENA LEÃO VIÑOLO: Boa noite a todos. Representando o Conselho Municipal de Assistência Social, a gente está trabalhando na política invisível, que é a política garantida na Constituição de 1988, que é a garantia de direitos humanos. Essa garantia o Conselho tem que fiscalizar e deliberar sobre ela. Não está sendo – esta Casa tem que nos apoiar – respeitado o Conselho nas suas deliberações. A gente tenta trabalhar com a política do que está sendo implantado: vem pronto e impondo o que tem que ser feito. O caso que a Jucemara falou, que chegou no CMAS a questão de mudar o dinheiro que era para a reforma do abrigo para passar para parcerizada, foi imposto para um dinheiro que já tinha sido reprogramado, já tinha a sua resolução, e chegou no CMAS para mudar essa resolução e se fazer outra proposta, que era para passar para parcerizada. Neste momento em que se parceriza tudo, e é dever do governo a política da assistência social, é dever dele, não digo que ele está abrindo mão, ele está deixando de cumprir o seu dever, que é gerenciar a política dos invisíveis, porque o público da assistência social é o público invisível, principalmente para este governo que está aí. Morador de rua, criança carente, família desassistidas são invisíveis e atrapalham os *pets* na rua. Aí temos um público que não tem como reivindicar porque eles não têm mais direitos. Eles acham que é favor, quando fazem algo por eles, eles não sabem lutar por direitos. O dever do Conselho da Assistência Social é lutar por esses direitos para eles. Esse Conselho não está sendo respeitado. Esta Casa tem, por obrigação, por dever, fiscalizar o gestor, e esse gestor está deixando a desejar.

O Fundo Municipal da Assistência Social tem que ser gerido pelo Conselho da Assistência Social. Não se pode fazer uma conferência de assistência social, porque o gestor não libera o recurso que é do Fundo da Assistência Social num caixa único. Caixa único é uma maneira simples de dizer que o dinheiro está todo sobre a mão dele, e ele não deixa a gente gerenciar. Quando a gente precisa gerenciar, é política de emergência, é catástrofe, é morador de rua morrendo de frio, porque um dia no Beira Rio não abriga eles no inverno inteiro, eles precisam de casa o ano todo, eles precisam de abrigo o ano todo. Criança morrendo na sinaleira de novo, coisa que não tinha mais em Porto Alegre, estamos tendo de novo, porque a política agora é “deixa para depois”, atendem os bonzinhos, aqueles que incomodam não se atende, deixam lá aqueles que perturbam. E aí, onde vamos parar? Esses moradores de rua, essas crianças, as famílias, idosos que estão perdendo o seu

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

BPC, porque critérios ninguém sabe quais são, nós temos que defender, e o Conselho tenta defender, infelizmente, não tem respaldo nem do gestor, nem desta Casa, uma vez que não fiscalizam o gestor. E o dinheiro que é da assistência está parado, aí nós temos o projeto ProJovem, vou dizer da minha região: Glória, Cruzeiro/ Cristal, que são as regiões que têm mais crianças cumprindo medida, adolescentes cumprindo medida. Esse projeto mudou a vida de várias, foi reduzido recurso, porque Porto Alegre não investiu dinheiro nisso e aí parou de vir de Brasília. O recurso está parado, aí diminuíram o coletivo. Diminuir o coletivo é retirar 40 adolescentes que estavam atendidos fora desse projeto. E aí aonde esses adolescentes vão ser atendidos? Na boca do fumo, vão ser atendidos pelo patrão, eles vão dar acolhida para esse adolescente. E nós vamos ter mais números, não vai ter cadeia suficiente, não vai ter camburão suficiente, não vai ter nada suficiente para segurar esse povo, porque quando nós deixamos de cumprir os direitos básicos da humanidade, nós estamos deixando nossas crianças, nossos jovens, nossa população marginalizada, e aí para sobreviver vale tudo.

Então, temos que, sim, cobrar desta Casa, cobrar do gestor que funcionem todas as políticas. É muito fácil eu terceirizar, porque eu me desresponsabilizo do meu dever, porque o dever do Estado, as parcerias são complementos ao que ele não consegue fazer. Só que, no momento, ele não quer fazer, é muito bonito fazer a orla do Guaíba, roda-gigante, só que o morador de rua não pode mais passar nem ali perto. E aí nós vamos ter o quê? Pessoas mais excluídas desta cidade, cada vez mais. Aí tu dizes assim: “Não, mas eles estão atendidos, porque foi parceirizado”. Parceirizado lá na Zona Norte, parceirizado na Azenha, eles são moradores do Centro, como é que eles vão ir até lá? O governo subiu a passagem de ônibus, que era a mais barata do Brasil, para a mais cara do Brasil. E aí o morador de rua tem passagem de ônibus? Se esta Casa lembra, vocês votaram o projeto que eles perderam, em que a segunda passagem tinha que ser gratuita, e eles estão cobrando a segunda passagem e ninguém está fiscalizando isso. Se vocês olharem, é cobrada a segunda passagem de ônibus no cartão Tri, há muito tempo, mesmo tendo perdido, o prefeito continua cobrando, e esta Casa não fiscalizou isso. Esta Casa deixa a desejar. Aí dizem assim: “Não, mas é que a maioria é do governo”. Não interessa se a maioria é do governo, eles têm que cumprir o dever deles. O dever do vereador não é agradar o prefeito, é de fiscalizar o gestor, e nós estamos com problema de fiscalização. O

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

conselho é fiscalizador, só que não consegue ter acesso às contas da Prefeitura, não consegue ter as contas das parcerias, não consegue saber por que critérios parceirizaram. Tem parceria sendo construída com entidades que não estão inscritas no conselho. Como elas vão ser parceiras se não têm nem inscrição no conselho ou não têm inscrição do projeto que vão exercer no Conselho de Assistência Social? Como nós, Conselho de Assistência Social, vamos fiscalizar algo que não passou por nós?

Venho do movimento social, da participação social, e hoje sou assistente social porque muitos que estão aqui me ensinaram o que é ser assistente social, e não é fazer caridade e dar esmola; é lutar por direitos, ensinar a cada um que tem direito a buscar seu direito, e não esperar que eu vá fazer o direito deles. Então, nós temos que cobrar desta Casa, sim, é muito sério, porque o dinheiro da assistência social tem que ficar para assistência social! Não interessa se a Prefeitura não tem dinheiro para outras coisas. Assistência social, saúde e educação não podem ser deixadas em segundo plano numa cidade que prioriza o turista. Turista não vai vir visitar uma cidade cheia de morador de rua, cheia de criança maltratada; turista não quer ver só beleza, ele quer ver seres humanos bem tratados, e eu acho que é isso que está faltando nesta Porto Alegre.

Eu sinto falta de movimentos sociais mais aqui dentro, brigando por isso. Na segunda-feira isto aqui estava bombando, porque a saúde todo mundo vê, é uma saúde visível, a assistente social é invisível. Sabe quando veem assistência social? Quando dá catástrofes, aí precisa da assistente social para resolver o problema, achar casa, achar moradia, mas ela não é para isso, ela é para ensinar a lutar por direitos, e os nossos direitos infelizmente estão se perdendo dia a dia. Em todos os dias que perdemos direito, alguém deixou de cumprir seu papel, que é fiscalizar, cobrar e exigir do gestor que sejam cumpridos esses direitos.

Eu fico muito contente de ver que quem está aqui tem interesse na luta, só que muitos dos que deveriam estar aqui nem sabem que têm esses direitos, e eles estão lá esperando ajuda do governo, o primeiro-damismo, a Comandante Nádía dando agrado para os *pets* – isso não vai resolver o problema. Aí a gente diz assim: “Não, estamos pensando na política” – gente, diante da emergência, não se pensa, se executa. Enquanto estão pensando, as pessoas estão morrendo: morrem de frio, morrem de fome, morrem de negligência. Sabe o que é negligência? É criança que não tem comida e ninguém está dando atenção a ela,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

porque não tem tempo para atender essas crianças. E é muito grave a gente ter crianças morrendo, morador de rua morrendo, e nós estamos sentados confortavelmente e dizendo: “Ai, a gente está pensando”. Não tem que pensar, tem que executar, e já existe lei para executar. Então é isto que temos que fazer: executar. O Conselho de Assistência Social tenta, luta para fiscalizar e está tendo dificuldades, muitas dificuldades. E aí fica uma agressão de jogar a sociedade civil contra o governo, só que quem é governo está governo; daqui a pouco ele vira sociedade civil e ele tem que lembrar que as pessoas precisam viver com dignidade e garantindo seus direitos básicos de sobrevivência. Obrigada.

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): Muito bem, Heloisa, até achei que nem todos usavam os dez minutos, mas dá a impressão de que está faltando tempo, com isso a audiência será um pouquinho mais longa. Repito que há inscrições aqui na lateral, à esquerda. Depois da fala da Mesa, nós vamos abrir dez inscrições. Além disso, tem as eleições do Simpa, são três dias de eleições, ontem, hoje e amanhã e tem uma urna aqui na entrada do plenário. Já foi? Então quem não votou, vota amanhã.

O Sr. Cícero Gomes, representando do Movimento Nacional da População de Situação de Rua, está com a palavra.

SR. CÍCERO GOMES: Boa noite a todos. Eu queria agradecer ao Ver. Oliboni e às pessoas que estão na causa juntos, porque é difícil ver vazio isso aqui, a nossa Casa, na nossa luta que muita gente precisa e não está aqui. Isso revolta, mas a gente entende. Mas para que adianta ter quantidade? É melhor ter qualidade. Acho que as pessoas que estão aqui é porque teriam que estar aqui, então é isso que importa. Eu estou indignado para caramba. Eu vim aqui por duas causas, pela causa do trabalhador. Eu me ponho hoje no lugar do trabalhador porque hoje eu sou um cara que deu uma volta muito grande por cima. Eu morei 13 anos na rua e hoje eu não estou mais em situação de rua. E hoje eu vejo com outros olhos como está a assistência, como está a saúde, como está a rede. A rede hoje está sucateada, despedaçada, complicada de entender porque as pessoas estão doentes. O trabalhador está doente, o usuário está doente e estão piorando porque a gestão do Marchezan não tem pena de ninguém. Eu não sei o que esse cara tem na cabeça, não sei para o que ele veio. Eu não sei como que essa pessoa - eu não sei se a gente pode chamar

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

de pessoa – veio para destruir tanta gente. A pessoa em situação de rua é humana, é uma pessoa humana, é gente, os trabalhadores são gente. Eu sou noivo de uma trabalhadora. Hoje, eu sei como é ser um trabalhador; antes, eu julgava o trabalhador, porque eu não sabia como é a vida do trabalhador. Hoje, eu sei; hoje eu convivo com o trabalhador. O trabalhador está doente... Eu e a Jeniffer temos uma dificuldade tão grande, porque afeta os dois lados, tanto o dela quanto o meu. A gente tem de arrumar mecanismos para nós não ficarmos doentes. A gente faz coisas boas, a gente se diverte, porque se a gente for pensar só nas dificuldades, nós vamos adoecer, nós dois.

Então, eu vim mais para dizer sobre o vínculo que a gente tem e para dizer, também, que a população em situação de rua e os trabalhadores são pessoas; não são iguais, mas são pessoas que podem se relacionar, podem ser compadres, podem ser amigos. Ninguém é diferente de ninguém; ninguém é menos que ninguém. Agora, esse cara vem para tirar um abrigo de família, onde as pessoas ficam com a esposa, com o filho. E ele não paga o aluguel do espaço, e tem um monte de espaço público que é próprio. Ele não paga um aluguel. Não sei quantos mil vazios têm aí que são da Prefeitura, que são próprios. E ele separa uma família, ele tira um consultório da rua, onde eu me tratei de tuberculose. Eu peguei, acho, umas três ou quatro tuberculosas, uma em cima da outra, porque a Guarda Municipal tirava o meu material, tocava tudo fora, e o meu remédio para tuberculose estava dentro da mochila, junto com meus documentos.

Tem uma Prefeitura com dois lados: o lado bom e o lado ruim. Mas quem está ganhando é o lado ruim. Tem uma presidência que libera arma, tem o governo que atira e tem o prefeito que enterra. Eu não entendo mais isso, mas nós vamos lutar. Essa força que nós temos, hoje, é muito forte, porque é de coração. Nós temos abrigos, o Abrigo Marlene tem uma história coisa mais linda. O Abrigo Marlene vem de uma história de uma moradora de rua que morreu, e colocaram o nome no abrigo. O Bom Jesus tem uma baita de uma história lá, que vocês nem imaginam; tem que saber da história, das coisas, a história do lugar, a história...

(Manifestações na plateia.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

SR. CÍCERO GOMES: As pessoas trabalham 20, 25, 30 anos num abrigo, eles sabem as histórias de cada morador de rua que passa por lá, cada um, se o cara só passa por ela, já sabe que o cara está passando; a pessoa não está mais num abrigo, ele vai lá para dar um abraço na trabalhadora, para contar as dificuldades que tem onde está. O cara me libera aluguel social e não dá um emprego, não dá uma geração de renda. Vai viver do quê? E ainda não paga o aluguel, e o cara vai para a rua ainda. Vou ser bem sincero, assim, se nós não nos mexermos, vai sobrar para todo mundo, está sobrando até para os parceiros dele, porque ele esfaqueou todo mundo pelas costas, aqui mesmo, neste plenário aqui, esfaqueou os caras, os caras estão todos mordidos com ele também; da direita ou da esquerda, ele esfaqueou todo mundo, o homem está louco. Vou dizer uma coisa para ti, ele tem as costas quentes, alguma coisa ele tem, de tão quente, que ele está conseguindo, mesmo fazendo isso, mas a eleição vai terminar.

Outra coisa que eu vou falar, a população em situação de rua tem título agora, tem título (Palmas.) A população em situação de rua tem título, e, se todo mundo se unir, nós elegemos um vereador ou tiramos um prefeito também, porque a gente pode, é só nos unirmos, e nós não vamos ficar quietos, nós vamos fazer alguma coisa, porque nós estamos cansados de sofrer, estamos cansados de ficar na rua sendo invisíveis, como a mulher falou ali, nós não queremos mais ser invisíveis, nós queremos ser visíveis e participar da cidade, nós temos condições de participar, como temos condições também de eleger e temos condições de ser um cidadão, porque nós somos cidadãos. Somos taxados como uns vagabundos, como não sei o quê, na rua, mas nós não somos isso aí, tem muita gente que trabalha há muitos anos com nós e sabem disso, sabem que nós temos condições. Eu era um cara que era desacreditado, eu fui desacreditado muitas vezes, muitas vezes, e hoje eu estou aqui, graças a Deus, com força, principalmente a minha força, mas muita gente me ajudou, que está aqui dentro, me ajudou, e hoje eu me livrei de muitas coisas de ruim que tinha no meu corpo, e agora eu vou me livrar do Marchezan, se Deus quiser (Palmas.) Esse movimento de que eu participo há muitos anos foi o que me deu um impulso maior para eu ter coragem de lutar pela minha vida, porque eu quase perdi ela 200 vezes, porque eu quis morrer e não consegui; depois, eu decidi viver. Já que eu decidi viver, então eu também vou lutar pelos meus irmãos que estão lá fora. Eles não estão aqui, mas eu estou, o Beirão está e tem mais gente da rua aqui. Nós vamos lutar por eles, eles não têm

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

condições, mas a gente tem, e nós não vamos desistir, não vamos desistir de nada. É um alicerce, nós temos que montar um alicerce, e não é só a assistência social, é também a saúde – a saúde também é muito importante. Todo o pessoal da rede... Eu precisei de toda a rede para eu poder me tratar, para eu poder ir para uma comunidade terapêutica – eu quis ir, eu não fui obrigado. Eu não quero que ninguém empurre ninguém para uma comunidade terapêutica porque ninguém vai se tratar sendo obrigado. Sendo obrigado, ninguém se trata. Eu quis ir porque eu tinha que ir, foi a minha escolha, e deu certo, está dando certo – só por hoje, graças a Deus. Então eu vou ser bem sincero para vocês, agradecendo de novo à Mesa, a esse pessoal maravilhoso... A gente faz reuniões, vocês nem sabem quantas reuniões a gente está fazendo por semana, a gente não está aguentando mais, a gente vai lá, a gente vem aqui, a gente corre para lá e para cá, falando sempre a mesma coisa, mas a gente vai falar até cair nos ouvidos deles, até eles fazerem alguma coisa, porque eles não estão fazendo nada, eles não querem; mas nós não vamos desistir. Não vamos perder, mas mesmo assim a gente vai continuar. Nós vamos ser uma merda no sapato deles, eles vão olhar para trás e vão ver assombração nossa, nós vamos assombrar até eles não aguentarem mais e pararem de xaropear. Eu vou dizer uma coisa para vocês: hoje, tinha que ter muita mulher da rua aqui, porque é quem mais sofre violência, quem mais sofre por perder os filhos, quem mais sofre quando tiram a casa de família, quando tiram o marido que está ali ajudando. A gente está aqui para lutar por elas também. Só quem morou na rua, só quem esteve lá sabe como dói ficar 200 invernos, verões e primaveras, mas eu aprendi muito na rua. E hoje eu sou uma pessoa melhor, porque eu aprendi muito na rua. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): Muito bem, Cícero. A Sra. Veridiana Machado, representante do Simpa, está com a palavra.

SRA. VERIDIANA MACHADO: Boa noite à Mesa, aos colegas, a todo mundo que está vindo aqui para somar nesta luta. Eu trabalho no Abrigo Municipal Bom Jesus e me solidarizo com todos os meus companheiros colegas que foram transferidos para a SMED de uma forma extremamente truculenta, sem transparência, sem acompanhamento e sem o seu desejo. Muitos já passaram por isso, inclusive, nos próprios abrigos de criança

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

quando foram terceirizados; eu estou acompanhando colegas que nunca tiveram problema de saúde mental e que agora estão indo, sim, para o psiquiatra. Por quê? Porque a gente tem um prefeito neoliberal que já teve cinco pedidos de *impeachment* nesta Casa, perverso, birrento e que, por isso, tem que andar num carro cheio de capangas, porque não tem a consciência tranquila. Um prefeito MBL que despeja um abrigo de família, junto com a sua catrepa que está enfiada na Fundação de Assistência Social e Cidadania (Palmas.); cargos de confiança que não sabem bulhufas do que é o trabalho na ponta. Nós, no Abrigo Bom Jesus, eu já perdi nos dedos, nesses 19 anos de trabalho, quantas pessoas nós tiramos da rua, todos os meses encaminhadas e que nunca mais voltaram para a situação de rua. É um trabalho com equipe extremamente comprometida, coisa que um *playboy* desses não sabe o que é, porque nunca trabalhou na vida, porque é um parasita sustentado pelo dinheiro que nós produzimos, nós, trabalhadores que ele ataca. Mas essa corja não perde por esperar, porque, sim, nós somos pedras no sapato dele. Ele está tomando ação por dentro dos olhos: está tendo, sim, resistência. Tem o Pronto Atendimento Bom Jesus, que ele não conseguiu parceirizar, que ia entregar para uma OSCIP cheia de problemas de corrupção que já tem problema em Santa Catarina. Assim como ele poderia absorver os trabalhadores do IMESF fazendo um processo seletivo, acolhendo esses trabalhadores sem fechar posto, e agora ele vem dizer que foram as entidades, que o mal são as entidades. O mal é ele, que não tem vergonha na sua cara, e todo mundo que assume um projeto que venha para cá, trabalhador que há anos sabe o que é construir a política de assistência nesta cidade, que já foi referência. Olha o que é um prefeito que não tem um pingo de vergonha na cara despejar um abrigo de família. Os trabalhadores chegarem para trabalhar e ter uma ordem de despejo, e um cargo de confiança, uma psicóloga cumprir isso, dizendo que sim, tem que sair, tem que sair família, tem que separar família. Um conselho de uma pessoa que se coloca e para quem serve o conhecimento. Nós vamos dizer que a gente vai resistir, já estamos resistindo. Um dos encaminhamentos que eu gostaria que essa Mesa fizesse é que o resultado e os encaminhamentos desta audiência pública fossem para o Ministério Público, porque nós estamos ajuizando uma ação para barrar essa parceirização, porque estudo técnico não tem. Tem uma fachada de gente que se propõe a fazer, usar o seu conhecimento parco para fazer e dizer que a parceirização é melhor. Estão diminuindo vagas nos dois albergues, o acesso está difícil, dificultoso, estão

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

lá as pessoas dormindo na praça ao lado, porque não tem vaga para todo mundo, é isso o que está acontecendo. O psicólogo do Centro Pop II está fazendo a segurança do espaço, porque não tem um segurança para dar conta da segurança da equipe e dos usuários O abrigo Bom Jesus está lá numa vila em que ele passou e quis desalojar 30 mil famílias para fazer uma praça bonita para os amigos empresários dele. É um perverso, mas o tempo está chegando, e a gente vai resistir. A esses que estão lá dentro da FASC, aos colegas que estão lá que se venderam também, nós vamos também dar a resposta, porque esses nunca mais vão ser olhados do mesmo jeito, e vão ter que sim, daqui a pouco, quando o vento mudar, olhar para nossa cara, e a gente vai dizer para eles ao que a gente veio. Porque, quem se propõe a construir um projeto de governo desses, também não tem um pingão de consciência de classe e de população, e não sabe para quem trabalha, ou sabe muito bem! Um governo que pega os prédios públicos, só em Porto Alegre – isso dito pelo Ministério Público da Habitação –, há 48 mil imóveis abandonados, sendo que 6 mil são públicos, e o prefeito quer pegar para vender sei lá para quem, talvez para os amigos, para os empresários, que é para quem ele governa. Um cara que dispensa abrigo e que bota o fluxo da assistência social lá dentro da Romu – Ronda Ostensiva Municipal, e que bota uma Romu para nos dar pau, quando nos tira aqui de dentro desta Câmara, com o apoio de muitos vereadores – esses que também a gente não vai esquecer. Quem vota não sou só eu, mas também a minha mãe, que vem perguntar em quem votar, o meu amigo que vem perguntar em quem votar. Eu vou dizer que município vota e triplica o seu voto, e mais as pessoas entendidas, que são do movimento, que são com quem a gente vai, sim, discutir sobre isso. Assim como o Cícero disse, que população de rua vota, e vamos conversar, sim, com ele sobre isso. A gente está vivendo lá no abrigo Bom Jesus, que teria que ter uma reforma, porque a rede elétrica está toda comprometida. Nós tivemos um incêndio em 2015, e, por pouco, não acontece uma desgraça dentro do espaço. Pois ele pega e dá, então, a verba do abrigo, que deveria estar reformado, porque é um abrigo que funciona, que tira um monte de gente da rua, que faz rede. Os espaços da assistência não trabalham só a assistência, eles articulam o CAPS, eles fazem a rede com o Sanatório Partenon, eles tratam e dão aporte à questão do tratamento de tuberculose, de HIV/Aids, e outras doenças acometidas a essa população. A gente trabalha com muita seriedade, a gente faz um esforço enorme para dar um pouco mais na qualidade do processo de trabalho do que a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

gente tem condições. Pois a gente vai dizer aqui, sim, que nós somos pedra no sapato; ele veio para nos derrubar, mas não vai conseguir, a gente vai dar o troco a altura, porque a gente vai fortalecer esse movimento, e a gente não vai deixar de resistir. Fora, Marchezan!

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): O Sr. Tiago Martinelli, representando a UFRGS, está com a palavra.

SR. TIAGO MARTINELLI: Boa noite a todos e a todas, meu nome é Tiago, sou professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, nessa condição, acho que cabe, daqui a pouco, justificar por que estou aqui. Eu queria saudar o presidente desta Frente Parlamentar em Defesa da FASC e da Frente Gaúcha em Defesa do SUAS. Poderíamos estar aqui publicizando as ações que a história dessa fundação promoveu à população usuária, mas estamos aqui lutando para defendê-la, para poder fazer com que os serviços de responsabilidade da política de assistência social aconteçam. Não é por se um trabalhador da FASC ou por ser um trabalhador da assistência que estou nesse espaço, e por isso queria lembrar que, agora, os meus colegas, os alunos, a comunidade da UFRGS está reunida para defender a educação pública no pátio da Faced, discutindo os rumos que o governo nacional, o governo federal, ou esse desgoverno, quer dar para a universidade ou para as universidades federais e os institutos federais, com um programa chamado Future-se – “Fature-se”.

Dito isso, gostaria de lembrar que a defesa que a gente faz aqui, neste momento, é pela política de assistência, mas que sozinha ela também não andar e precisa... Estamos na UFRGS, há dois dias, discutindo em dois eventos, um continua amanhã, um com a rede nacional de consultórios de rua na rua, os rumos para o atendimento da população usuária dos serviços das políticas públicas de modo geral. Desse lugar que eu sinalizava para vocês, fiquei pensando, não está escrito, tive que apontar aqui, pelo menos nessa curta trajetória de 15 anos de estudo, de pesquisa e de construção dessa política de assistência social, pensar que é vergonhoso para o nosso Município de Porto Alegre ter que fazer essa defesa. Em Porto Alegre, diga-se de passagem, a FASC, como já foi dito nesta tribuna, foi referência para todos os processos que implicam essa política, desde os serviços, a gestão de uma política pública, o acesso e a garantia de direitos dos usuários, e, por fim, a própria

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

implantação da recente política de educação permanente – enquanto política, porque a FASC tem essa trajetória de educação permanente para os seus trabalhadores, usuários, inclusive os gestores –, que agora passa por esse processo de desmonte. Foi muito usado aqui o termo da parcerização; talvez numa linguagem mais acadêmica a gente diria que não é nem terceirização, é a privatização dessa política, e cabe lembrar nesta tribuna, porque ficar por último, Jucemara, é diferente de falar depois do Agnaldo, porque passa por todos. Então é necessário lembrar alguns pontos, também, para não me tornar repetitivo, mas que não foram ditos aqui.

Na construção dessa política pública de assistência social a gente tem alguns princípios e a gente não pode esquecê-los jamais, e o primeiro deles, posto na Lei Orgânica de Assistência Social e na Norma Operacional Básica do SUAS é a universalidade. Nós não chegamos na ameaça que a educação está sendo de romper com o princípio segundo da NOB/SUAS da gratuidade, mas assistência social também passa a ser uma política cujo lucro começa a ser visado, ainda que não tenhamos chegado ao cúmulo da cobrança dos serviços. Defender essa política, como disse o Agnaldo, é defender as condições de trabalho, é defender os trabalhadores dessa política, é defender a qualificação. E veja, quando a gente fala de capacitação de educação permanente, isso significa melhorar o atendimento para os usuários e, para além disso, significa também dar condições para que o usuário entenda e participe dos processos democráticos que uma política pública prevê. Sendo assim, vale lembrar, estou falando agora do por que estou nesta tribuna, que é objetivo da política nacional de educação permanente de 2013. Vou destacar mais uma vez, a FASC é precursora no Brasil dos processos de educação permanente, capacitações, cursos de formação – não sou eu que estou dizendo, é a história da FASC –, feita pelos próprios trabalhadores, feita pelas universidades. É objetivo institucionalizar no âmbito do SUAS a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente estabelecendo suas diretrizes, os princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários a essa operação e organização.

Estou aqui porque fui designado pela Universidade, por isso não é exagero, Nelson, representá-la, é uma grande responsabilidade, porque a UFRGS, dentre tantas outras universidades do País, de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul também, compõe a rede nacional de instituições de ensino superior que estão aptas para representar, para compor

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

e participar dos processos dessa política de educação permanente. E mais, não é pouco a gente ter aqui no Município um núcleo de educação permanente que funcionou num período recente e que se chama FASC. É orgulho para este Município ter instituído esse núcleo, que agora está desativado. Foi lembrado aqui, Jucemara, o nome dos trabalhadores – nunca é demais lembrar –, o empenho que as trabalhadoras da FASC, posso citar aqui desta tribuna, e não foi algo indefinido, a Marta Borba, Aline Dorneles, fizeram para poder instituir o núcleo de educação permanente da FASC. Esse núcleo não é da gestão única e exclusivamente, mas também tinha representantes da gestão, tinha representantes das universidades, pelo menos convidados e lá estavam, usuários, trabalhadores e entidades da rede socioassistencial. Tínhamos como objetivo pensar, propor e discutir as propostas demandadas, isto é tornar uma política pública participativa, demandadas pelos próprios trabalhadores e por uma luta histórica dos usuários que também dizem: “Precisamos conhecer mais essa política, chegamos a ter projeto, que não está e não foi executado.”

Quero dizer aqui então, todo mundo fez as suas reivindicações, que essa representação que me cabe aqui, é pela retomada do Núcleo de Educação Permanente da FASC e não com as indicações do governo, mas, sim, com aquelas representações que são legítimas para compor esse espaço. Se assim for impossível, que a gente possa retomar pelo menos os processos de capacitação que a FASC há muito promovia em parceria com as universidades, há muito promovia, a partir das experiências dos trabalhadores, porque nós temos trabalhadores na FASC – é desse lugar que eu estou falando de novo – que são especialistas, que são mestres, doutores, e que o título talvez não signifique nada, mas que estão constantemente supervisionando futuros trabalhadores, assistentes sociais... É desse lugar que eu posso falar, porque eu sou professor do Departamento de Serviço Social, mas se não me falha a memória, também psicólogos, administradores, futuros advogados. É deste lugar do conhecimento dos trabalhadores que eu preciso manifestar nessa tribuna e conclamar, mais uma vez, por essa retomada. Como não sei se foram dados os 10 minutos, mas me parece que sim, queria reforçar mais uma vez esse pedido, que é de responsabilidade, mas não é de indicação na gestão, é de responsabilidade da gestão em poder estar convocando de novo esses processos de capacitação. Queria agradecer mais uma vez esse espaço desta Casa e dizer que a universidade também está passando por processos de enfrentamentos para uma educação pública de qualidade; no

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

entanto é emergente que estejamos atentos às ameaças que a política de assistência social está tomando neste Município. Muito obrigado.

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): Muito obrigado, Tiago Martinelli. Partimos para a segunda etapa, pelo que eu vejo será rápida, pois temos apenas três inscritos, cada um com cinco minutos, também cronometrados. Depois, faremos aqui os encaminhamentos do encerramento da nossa audiência pública.

O Sr. José Vanilson Torres da Silva, representando o Movimento Nacional de População de Rua, está com a palavra.

SR. JOSÉ VANILSON TORRES DA SILVA: Boa noite a todos e todas; saúdo a todos e a todas em nome da população em situação de rua. Represento o Movimento Nacional da População de Rua, estou como conselheiro nacional de saúde pelo movimento, moro em Natal. Começaremos de forma poética e terminaremos de forma poética: No dia 19 de agosto de 2004, um triste fato ocorreu, sete pessoas em situação de rua na Praça da Sé morreu (*sic*). Brutal e covardemente, sem dar nenhuma defesa, mataram sete brasileiros que viviam na incerteza. Na incerteza de um dia que ainda iria raiar, mas vieram os meliantes para suas vidas ceifar. Após aquela macabra noite, algo começou a mudar, surgiu o movimento de rua por seus direitos lutar. Começou em dois estados, São Paulo e Minas Gerais, hoje estamos em 18, na luta por direitos sociais. Mas não pensa que é fácil, o massacre continua, quando é negado direitos à população de rua. Em alguns estados, conquistaram direito à saúde, ao trabalho e até habitação, porém, em outros lugares, inclusive em Natal, é negado até dormir no chão. Por isso, sigamos na luta, porque neste País nada é de graça. Se não temos moradia, vamos ocupando as marquises, as pontes, os viadutos, as praças. O dia 19 de agosto é o dia de luto e luta do povo da rua. Nós não vamos nos calar jamais. Nossa luta continua! (Palmas.)

Sou de Natal, mas sou do Movimento Nacional. Temos aí em curso o desmonte das políticas públicas da assistência social, não só da assistência social, mas em todos os campos. E aí o Marchezan deixou de pagar o aluguel do albergue, onde o povo foi despejado, o fechamento do restaurante popular, sendo um desrespeito ao controle social, seguindo o Decreto nº 9.759, do mestre dele, talvez, o Bolsonaro. E aí a EC 95, a reforma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

trabalhista, leva mais pessoas para as ruas, em contrapartida, a assistência social é diminuída em seu recurso. Ora, estamos vivendo o desmonte do Estado, é mais capital e menos social. A Comandante Nádia disse que tem que limpar as calçadas para os *pets* das madames e dos grã-finos passearem. Eu comparo ela com a Damares, porque ela joga esses preconceitos no ar... E o Marchezan, com Bolsonaro, porque o Marchezan traz o retrocesso, traz a retirada de direitos.

Só reforçando uma questão: não usamos mais a terminologia moradores de rua, até porque a rua não é moradia; hoje usamos a terminologia pessoas em situação de rua, porque se houver políticas públicas estruturantes, com certeza, poderemos sair dessa situação. Quando nós formos falar, lembremos: pessoas em situação de rua, porque ninguém mora na rua, porque a rua não é moradia. E não se constrói políticas públicas eficazes sem a participação dos trabalhadores, trabalhadoras, usuários e usuárias. Essa política se destina ao usuário principalmente, e aí tem que ser conosco, nada sobre nós sem nós.

Vou pedir licença para ler carta de manifesto da roda de conversa A (Des)proteção Social à População em Situação de Rua, que aconteceu ontem. Os participantes da roda de conversa: A (Des)proteção à População em Situação de Rua, realizada no dia 25 de setembro de 2019, no auditório da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Fabico, uma promoção do CEAS e Frente Gaúcha em Defesa do SUAS, como o apoio do Cress do Rio Grande do Sul, CRP do Rio Grande do Sul, do Movimento Nacional População de Rua, do Fórum Estadual de Usuários do SUAS do Rio Grande do Sul, do Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS do Rio Grande do Sul, se manifestam pela constituição de uma agenda de compromissos e de ações voltadas ao enfrentamento do grave retrocesso e crescente desproteção social com situações de agressão e criminalização da população em situação de rua. 1. Afirmar a luta pela defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, pelas políticas sociais públicas destinadas à população em situação de rua. 2. Respeitar a tipificação dos serviços socioassistenciais previstos na Resolução nº 109/2009 e 013/2014 e na própria Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, como referência para efetivação, ampliação e reordamento dos serviços. 3. Implantar serviço de abrangência regional no Estado de alta complexidade, albergues, abrigos, casas de acolhimento, casas de passagens e, de média complexidade, CREAS e centros POP. 4. Aprimorar a inclusão no cadastro único da população em situação de rua na interface dos serviços de diversos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

níveis de proteção do SUAS. 5. Promover ações de geração de trabalho e renda para diferentes faixas etárias a partir das demandas da população em situação de rua. 6. Retomar a criação de espaços articulados de cultura, lazer e cuidados nos territórios, que considerem as especificidades da população em situação de rua. 7. Reafirmar a defesa do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a política nacional para população em situação de rua. 8. Lutar pela efetivação dos comitês intersetoriais de acompanhamento e monitoramento das políticas de atendimento à população em situação de rua, que foi recentemente revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019. 9. Ampliar a luta por financiamento federal, estadual e municipal para os programas, serviços e benefícios previstos no Plano Nacional para a População em Situação de Rua. 10. Denunciar e dar visibilidade às violações de direitos da população em situação de rua e dos operadores e operadoras de direitos que atuam diretamente nos serviços e programas. 11. Criar canais de denúncias para acolher situações de violências e violações de direitos. 12. Incidir politicamente junto aos sistemas de justiça, trabalhadores e trabalhadoras de segurança pública, guardas municipais, gestoras e gestores públicos, sobre as diretrizes das políticas direcionadas à população em situação de rua. 13. Realizar diagnóstico da POP Rua com as características, demandas de atendimento e perfil desse público. 14. Mapear as ações, serviços, programas e benefícios existentes em funcionamento para população em situação de rua intersetoriais – quantos? Quais? Fluxos? O acesso como se dá? Necessidades? –, aprimorando a oferta e criação de serviços que atendam à necessidade da população em situação de rua. 15. Combater a burocratização do acesso aos serviços, promovendo a agilização na atenção e atendimento às necessidades dos usuários dos serviços. 16. Regionalizar a roda de conversas, debates e seminários para dar continuidade dos debates pelo interior do Estado. 17. Incidir sobre as conferências estaduais e nacionais para afirmação do compromisso com a agenda política da população em situação de rua. 18. Fomentar espaços de organização e mobilização dos usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras dos serviços, fóruns de usuários e de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente da articulação com o Movimento Nacional de População de Rua. 19. Aprofundar o debate sobre as comunidades terapêuticas; o maior perigo é quando internam involuntariamente como única forma de tratamento para dependência química para a população em situação de rua, com repúdio à destinação de recursos do SUS para outros

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

serviços não identificados e que não são de competência da assistência social. 20. Reconhecer a importância do vínculo de usuários e usuárias com serviços, com os trabalhadores e com as trabalhadoras como forma de promoção do cuidado e atenção, o que requer a valorização do trabalhador e da trabalhadora efetivo e efetiva, concursado e concursada. 21. Desenvolver ações específicas do Estado para a população em situação de rua, com incidência no apoio técnico, por parte do (Ininteligível.), aos municípios, buscando a articulação intersetorial e articulada entre os níveis de proteção social no SUAS. 22. Expansão do financiamento federal e garantia de previsão orçamentária em todos os níveis de gestão para execução das políticas voltadas para a população em situação de rua. Já existe em ata. Não vou ler o poema Não Somos Lixo, mas gostaria de terminar com Paulo Freire, quando ele diz assim: “Aos esfarrapados do mundo e aos que com eles se descobrem e, descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo com eles lutam.” Fora, Bolsonaro! Fora, Marchezan! Leva Paulo Guedes junto! (Palmas.)

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): José Vanilson, nós abrimos essa exceção porque tu vieste de tão longe, que tinha que ter...

SR. JOSÉ VANILSON TORRES DA SILVA: Somos todos Paraíba!

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): É isso aí, meu irmão. Pessoal, temos mais duas inscrições. Gostaria de pedir a colaboração, aguardem mais 10 minutinhos. Estamos encerrando a nossa audiência pública.

A Sra. Iara da Rosa, presidente da Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher, está com a palavra.

SRA. IARA DA ROSA: Boa noite pessoal, boa noite a todos e a todas. Eu acho que tudo, praticamente, tudo já se falou a respeito das dificuldades que têm os trabalhadores, das dificuldades que enfrentam os usuários, mas eu queria me ater, principalmente, na questão... Eu não estou aqui para fazer defesa das entidades, porque eu não estou aqui para me contrapor à posição sobre parcerização ou não, até porque quem me antecedeu disse que isso é histórico em Porto Alegre. Então, temos acordo. Temos acordo, também,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

no sentido de que se defenda que a política seja pública, de que é dever do Estado, é direito do cidadão e que existe a complementaridade através das entidades.

Agora, nada disso é possível sem recurso, sem financiamento. Eu acho que esse é o ponto principal. O que está matando a FASC é que estão cortando o ar. No momento em que todos os recursos da FASC vão para centralizada, e ela não tem força para definir no que vai gastar, as políticas acabam. Então, acho que um dos preceitos principais, vereador, e talvez nós tenhamos que retornar a esta Casa para incidir em cima disso, é que quando se discute a LDO, o próprio conselho, que é o controle social, qual é o recurso, qual vai ser o investimento para a FASC. Algum trabalhador sabe qual é? Ninguém sabe! Por exemplo, foi citado aqui que o conselho teve que voltar atrás, numa determinada resolução, que eram R\$ 500 mil para conserto do telhado do Abrigo Bom Jesus – e é preciso que se diga que há registros, porque as atas do conselho são taquigrafadas – não foi uma questão fácil. Nós brigamos muito, porque o resultado de haver aqueles R\$ 500 mil, que estão desde 2014 gravados para consertar o telhado do Bom Jesus, é dá incompetência. (Palmas.) Não deu para fazer a licitação; o paquiderme não se mexe, o serviço público, principalmente nessa questão com a centralizada, com a falta de força política que a FASC tem em relação ao restante das secretarias, fica sempre para o fim da fila. Nós discutimos isso. Não é a questão de que o conselho abriu mão do telhado do Bom Jesus para dar para a entidade. Não é isso! Nós jamais faríamos isso, porque, principalmente nós, que estamos há muito tempo nessa caminhada, e os novos conselheiros que estão lá, defendemos o direito dos usuários e defendemos que os equipamentos da FASC sejam qualificados, mas o desmonte todo mundo sabe.

Eu estou preocupada com uma coisa, tem uma coisa no ar. Vocês devem ter visto a notícia hoje de que vão comprar ônibus novos para a Carris, porque deu lucro, mas é para depois privatizar. Eles estão fazendo a coisa ao contrário, porque normalmente desmonta tudo para depois vender, mas é preocupante.

Quero dizer a todos vocês que a questão do vale-transporte também é recurso. Vereador, existe o chamado vale-assistencial, que é o que as instituições, que o próprio serviço público tem para distribuir, para dar suporte para que as pessoas possam fazer, para serem atendidos nos diversos locais. Esse vale não é assistencial, ele custa mais caro que o Tri, porque o vale-assistencial, embora a Heloisa tenha dito que não tem direito à segunda

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

passagem, o vale-assistencial nunca teve direito à segunda passagem, ele é inteiro, ele vale o valor da passagem, e isso onera os serviços, mas, acima de qualquer coisa, gente, para ter o Nuep, precisa recurso; para chamar o pessoal do concurso, precisa recurso, precisa definir na LDO os recursos gravados diretamente para a FASC, para poder qualificar as suas ações, porque, se não, não se respira, não se pode respirar, e o dinheiro para isso no orçamento é o ar que vai conseguir continuar dando vida para a FASC. Nós, enquanto entidades, estamos juntos nessa luta para reforçar e, principalmente, qualificar o trabalho no sentido de atender os direitos daqueles que a gente atende. Obrigada.

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Iara. A Sra. Ângela Aguiar, trabalhadora da assistência social, está com a palavra.

SRA. ÂNGELA AGUIAR: Boa noite. Primeiro, eu quero saudar a importância desta audiência. Claro que a gente pensa: que bom se estivesse lotado isto aqui – às vezes, a gente desanima um pouco quando olha e não vê a Casa lotada sabendo a importância que este tema tem. Mas eu quero dizer que eu fico muito satisfeita com esta audiência que a gente está fazendo hoje, porque a gente consegue se ouvir, porque a gente consegue ver os parceiros, porque a gente consegue ver que nós estamos fazendo uma luta que é justa e que é necessária. O que a gente está vivendo em Porto Alegre, nem no nosso maior pesadelo a gente poderia imaginar que estaria vivendo. A gente nunca pensou que pudesse estar fazendo uma audiência pública para tentar não ter tanto retrocesso nos direitos que a gente avançou. Isso, para mim, é muito sofrido e muito doído; mas eu fico muito satisfeita quando eu ouço o Cícero aqui trazer a sua história e dizer o que esse trabalho, ao longo do tempo, vem fazendo. Acho que isso é importante, isso que vai nos dar força para continuar. Acho que, agora – eu me inscrevi nesse sentido –, a gente tem que perguntar individualmente qual é o papel de cada um e de cada uma. Nós temos que sair daqui e temos que fazer esse debate lá fora, nós temos que fazer esse debate no nosso local de trabalho, com as pessoas que a gente atende, com os nossos amigos, com os nossos vizinhos. Nós precisamos fazer esse debate, porque este governo que está aí não ia agir diferente. Ou alguém aqui tinha a ilusão de que seria diferente? Acho que essa é uma questão, e a gente tem muito claro que tem que sair daqui com essa tarefa. O momento é

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

difícil, são várias frentes, ontem, a saúde... A gente descobriu agora o centro da juventude, é o ProJovem, é o serviço de convivência que fecha, é o projeto Casa Lar que diminui o número de atendimentos, ou seja, a cada dia a gente vai vendo o desmonte do atendimento direto com essa população usuária.

Eu represento o Fomtas no Conselho Municipal de Assistência Social, e a gente tem travado muita luta. Tem momentos em que a gente fica cansado, fica desiludido, fica pensando que não vai ter força, porque realmente todo processo democrático, de participação, de construção, na cidade de Porto Alegre, está sendo desconsiderado e desconstituído. E aí a gente vem usando todas as ferramentas possíveis que a gente tem para tentar garantir isso, mas só tem uma ferramenta através da qual a gente vai conseguir avançar: se a gente tiver a unidade, se a gente tiver junto e se a gente enfrentar esse leão juntos. Essa é a única maneira; nós não teremos outra maneira. Não será no convencimento, não será vindo aqui conversar com os vereadores, porque a gente sabe que tem muitos vereadores que não serão sensíveis à causa. Então, nós vamos ter que, sim, pensar os nossos instrumentos de luta e de pressão nesse processo. Quero atentar esta Casa também no seguinte, acho que a Heloisa representou o conselho municipal e trouxe muitas questões, mas nós estamos vivendo um momento crucial agora no Conselho Municipal de Assistência Social, que é a discussão da Lei Complementar nº 352 que criou o Conselho Municipal de Assistência Social. Neste momento, a gestão municipal já tem uma proposta que desconstitui completamente o Conselho Municipal de Assistência Social e, principalmente, desconstitui a participação dos usuários nessa política. Com o discurso de que o conselho é muito grande, “precisamos reduzir, não podemos ter tantas representações, isso não é operacional, a gente não consegue discutir”, - e essa lei está sendo discutida e ela ia ser discutida sem o conhecimento do conselho municipal! Sem o conhecimento, porque nós ficamos sabendo que existia um SEI, que estava trancado, estava com cadeado, onde ninguém tinha acesso. E nós levamos dez dias para conseguir que fosse aberto o processo para que o conselho municipal tivesse acesso a uma alteração da lei que cria o conselho municipal, que será votada nesta Casa. Isso é só um exemplo do que de fato está ainda em jogo. A gente tem ainda um ano pela frente, mas a gente vai precisar de muito esforço, de muita luta, de muita garra e de muitos sapatos, Cícero, para chutar o traseiro dessas criaturas. Muito obrigada.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Ângela. Eu vou pedir ajuda da Leila para fazer a leitura dos encaminhamentos feitos pelas várias manifestações, depois farei o encerramento da nossa audiência pública.

SRA. LEILA APARECIDA CUNHA THOMASSIM: Só para entender, a gente incluiu os encaminhamentos que a gente, enquanto frente, numa atualização do dossiê, estava propondo, junto com aquilo que foi aparecendo aqui. São 22, 23 propostas. O que é que a gente colocou como primeira proposta: cumprimento da lei de reordenamento da FASC, Lei nº 11.501, e chamamento dos concursados; prestação de contas dos recursos do programa de demissão voluntária previsto na Lei 11.701/14; estudo pela FASC das terceirizações e parcerizações e seu impacto técnico, qualitativo e financeiro; pedido de informações sobre o GT de reordenamento da FASC, quem compõe e qual a proposta; pedido de informações e barrar a transformação das FGs pela verba de representação para os cargos de confiança; reversão das transposições dos trabalhadores dos albergue municipais para revinculação e retorno à FASC; respeito às competências legais do CMAS; pedido de informações e fiscalização dos recursos nacionais contingenciados e que sejam administrados pela FASC todos os recursos financeiros nacionais; que as parcerizações sejam encaminhadas para deliberação do CMAS; agilização dos recursos para reforma dos espaços dos CRASs do abrigo Bom Jesus; pedido de informações sobre os recursos destinados para as reformas dos espaços próprios e dos aluguéis; pedido de informações sobre os recursos destinados para a reforma dos espaços das entidades da rede socioassistencial; pedido de informações sobre os recursos destinados aos benefícios Tri, cesta básica, benefício eventual e das necessidades; regularização e repasse mensal e planejamento desses benefícios eventuais; pedido de informações e barrar as parcerizações do Bom Jesus e do abrigo Marlene, em especial; urgente retomada das agendas de negociação dos trabalhadores com a gestão da FASC e do governo; reversão das retiradas dos regimes de trabalho dos trabalhadores; fim das perseguições do assédio moral; recomposição das equipes de educação permanente de atendimento ao trabalho, e retomada do Nuep municipal; nenhuma realocação de recursos sem a participação da população e dos usuários que serão atendidos; as denúncias feitas nesta audiência sejam enviadas ao Ministério Público; a retirada do Ceic, que é a secretaria de monitoramento dos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

serviços de solicitação de abordagem, e seu retorno à FASC; que a Câmara Municipal realize o espaço e oitivas dos trabalhadores da FASC sobre as perseguições e assédio moral; a retomada do funcionamento do comitê interssetorial de acompanhamento e monitoramento das políticas de atenção à população de rua; pedido de informações sobre os orçamentos sobre a lei de reordenamento do CMAS, sobre a mudança da lei de criação do CMAS, Lei nº 352 – o financiamento já estava lá; e incidir sobre recurso da LDO. Seria isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ALDACIR OLIBONI (PT): A Leila citou uma infinidade de sugestões trazidas aqui pelos moradores, e, ao mesmo tempo, eu queria fazer alguns registros, que também entram na questão dos encaminhamentos. Primeiro, que o próprio movimento pediu para, na segunda-feira, utilizar a Tribuna Popular. Então, segunda-feira, aqui, às 14h15min, teremos a Tribuna Popular, que será feita pelo Agnaldo. Isso será importante por duas razões: uma delas é porque será direto da população, que também estará assistindo, como o governo, que sempre monitora essa questão. É importante ter uma posição incisiva, conforme foi feita nesta audiência pública. A segunda, como nós temos nesta Casa uma Frente Parlamentar em Defesa da FASC, dos seus trabalhadores e sobre a política em si, eu queria pedir para o Nelson e a Vanessa, que trabalham no meu gabinete, para que, em 30 dias, no máximo, passamos fazer uma reunião da frente, para discutir a questão do Orçamento. Porque o Orçamento chega aqui em outubro e é votado, no máximo, em novembro. Nós precisamos incidir claramente, porque, me parece, e foi claramente aqui trazido por vários oradores, principalmente pelo Agnaldo, quando eu o ouvi falando desse projeto votado lá em 2014, véspera de um pleito, que estão vendendo algo que não aconteceu. É lamentável isso, acaba denegrindo a imagem da política, e nós nos indignamos com isso, e aí eu falo como vereador. Lamentavelmente, venderam uma mentira, porque não aconteceu. É preciso nos precavermos disso.

Agora, pessoal, nós temos que votar, não podemos ter esse movimento de abstenção, como teve na última eleição para presidente. Ano que vem tem eleição, tem que votar, mas tem que pesquisar quem está do lado do povo, quem defende o fim das políticas públicas,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 26SET2019

Pauta: Debater sobre assistência social e proteção social em Porto Alegre.

afinal de contas, a terceirização, as concessões, as privatizações... Não é por acaso, são alguns que defendem este lado da política e nós temos que esclarecer à população. Bom, mas se é esse que a população defende, ou quer, aí fica como ficamos aqui no plenário, muitas vezes, gritando desta tribuna, mas já sabemos que vamos perder, porque o quadro está dado. Ou os senhores acham que a composição da base do governo se dá por acaso? Qualquer um pode interpretar o que acontece nos Parlamentos, e é isso que nós temos que denunciar quando acontece isso na FASC, quando acontece na saúde, na educação e assim por diante. Nós nos indignamos, todo santo dia, com que acontece nesta cidade. Não é por acaso. Olha o que aconteceu agora com o IMESF. Mas ainda tem gente que defende a terceirização, as OSCIPs. Vamos entrar na justiça de novo, não tem como admitir que alguns governos querem continuar no erro para ter da saúde lucro, ter da assistência lucro, ter da educação lucro. E aí eu falo como vereador: nós temos que ter posição clara para as pessoas perceberem quem de fato ela está colocando no Parlamento.

Quero agradecer aqui a vinda de todos os senhores e as senhoras e dizer que sempre estaremos à disposição. Um grande abraço, está encerrada a nossa audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 21h13min.)